

COMO VIVEM AS MULHERES IDOSAS DO SUL DO BRASIL?

FRANCIELI ALINE CONTE

Doutorado em andamento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
franceliconte@yahoo.com.br

JOHANNES DOLL

Doutorado pela Universitat Koblenz Landau johannes.doll@ufrgs.br

RESUMO

Este estudo buscou desvelar as condições socioeconômicas, socio-demográficas e das práticas financeiras de mulheres idosas de sete grandes regiões do estado do Rio Grande do Sul. Os dados são oriundos do recorte de dados de uma coorte de três anos, iniciada em 2016, com dois distintos grupos: o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). As participantes do SESC possuíam uma renda e escolaridade bem superior às da FASC. Em ambos os grupos, predominou o estado de viuvez, todavia, na FASC, mais de 90% delas não tinham companheiro, ou por divórcio, ou por viuvez. As mulheres do FASC em 2016, tinham uma única fonte de renda proveniente ou da aposentadoria ou pensão ou salário, enquanto 49% (n=122) do SESC possuíam mais do que uma fonte. Ambos os grupos apresentaram elevado percentual de endividamento. As mulheres da FASC, conseguiram controlar mais os seus gastos ao longo dos anos, ao reduzir o percentual de mulheres que gastavam mais do que ganhavam (29,41% para 11,76%), no SESC, além desta redução (de 11,80 para 8,11%), houve um aumento no percentual de mulheres que afirmaram gastar menos do que ganhavam (de 18,82 para 24,34%). Pode-se inferir que parte destes resultados pode ter ocorrido pela maior reflexão sobre o assunto ao participar do estudo, bem como, pela conquista da aposentadoria ou recebimento de pensão entre as mulheres da FASC.

Palavras-chave: Mulheres, Envelhecimento, Renda, Práticas Financeiras.

INTRODUÇÃO

As mulheres sempre tiveram um papel crucial na vida humana, ao exercer diversos papéis vitais, entre os quais, criação, cuidado, educação, cuidado do lar, alimentação, entre muitos outros (GARCIA, 2020) que foram sempre pouco ou não reconhecidos ao longo da história. Segundo Barros e Mourão (2018), os papéis sociais ligados à mulher nunca se limitaram a esses, todavia, por muito tempo não lhes foi possibilitado muitos direitos, entretanto, ao passo que foram adquiridos/conquistados, permitiram grandes transformações.

Um marco importante na trajetória de conquistas das mulheres foi a escolarização¹ e o alcance do ensino superior, que apesar de tardiamente (só foi possível no ano de 1879) (FERNANDES, 2019) possibilitaram a construção de carreira, ainda que desiguais entre homens e mulheres) (AGÊNCIA BRASIL, 2019), independência financeira e consequente poder de decisão sobre suas vidas (BARROS, MOURÃO, 2018). Segundo a pesquisadora Hildete Pereira de Melo, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (PPGE) da Universidade Federal Fluminense (UFF) (AGÊNCIA BRASIL, 2019) o ano de 1991 marcou um momento histórico na escolarização feminina, onde pela primeira vez, o nível de escolaridade das mulheres superou a masculina em um ano (média de anos na escola), enquanto que, até ano de 1900, a história de escolarização feminina era quase nula, ou seja, marcada pelo analfabetismo.

Outro importante marco para as conquistas históricas femininas foram possibilitadas a partir de 1960, por meio da criação e organização dos movimentos feministas no país, os quais permitiram uma maior "liberdade" (BARROS, MOURÃO, 2018) entre as quais conquistas de direitos salariais e direitos trabalhistas. Em 1988, a Constituição Federal, por meio da Lei Orgânica da Seguridade Social- Leis 8212 e 8213 contribuíram de forma essencial para a dignidade na velhice, ao garantir um salário mínimo a esses idosos (DOLL, LIMA, CONTE, 2020),

¹ A Primeira Constituição do Brasil, em 1824, propôs o ensino primário gratuito extensivo a "todos" os cidadãos (com exceção da negra e indígena). A primeira legislação específica sobre o ensino primário ocorreu após a Independência, por meio da lei de 15 de outubro de 1827 (Lei Geral) criando as primeiras escolas de Ensino Fundamental em todo o país (FERNANDES, 2019)

de forma especial, a aqueles que ao longo de suas vidas tiveram difíceis ou precários empregos e baixos salários. Aqui é importante pontuar que esta garantia se deu até o ano de 2019, todavia, essas regras mudaram a partir da aprovação da Emenda Constitucional 103/2019, o que poderá, ao longo dos anos (décadas) colocar os idosos em situação de miséria.

A aposentadoria ou as pensões por morte do cônjuge foram uma espécie de carta de alforria e ao mesmo tempo garantia de renda fixa. Nesse sentido, a mulher idosa (mas também o homem) passou a ter mais um importante papel: o auxílio do sustento da família, ou ainda o total sustento em muitos casos (CAMARANO, 2020). Segundo Camarano (op. cit), os idosos têm mantido o sustento de pelo menos 30% dos lares brasileiros na atualidade, em especial após a chegada da pandemia e do aumento do desemprego no país.

Com a crise econômica no Brasil a partir de 2016 no Brasil (IBGE, 2018), e com o seu agravamento a partir do início do ano de 2019 pela chegada da pandemia por Covid-19, elevou-se ainda mais o desemprego de jovens ou mesmo adultos, aumentando o trabalho informal (bicos) (PNAD CONTÍNUA, 2021), tornando os idosos das famílias, os responsáveis por garantir a sobrevivência (principais provedores) segundo Camarano (2020).

Um fato importante que não devemos ignorar nesse sentido, é a centralidade do papel feminino sob as finanças, seja na fase adulta ou idosa. Embora em muitos lares o homem ainda seja o principal responsável pela chefia, sustento e controle dos gastos, ao longo das décadas (IPEA, 2016) esse papel também foi se modificando, e tem se elevado cada vez mais entre as mulheres (IPEA, 2016).

A função de chefiar a família e os gastos teve crescimento contínuo desde 1995, dados que podem ser acompanhados por meio dos dados das séries históricas (IPEA, 2016). Se pensarmos na lógica do maior número de mulheres em relação aos homens, bem como na maior expectativa de vida feminina - feminização da velhice, as mulheres seguem e seguirão sendo e tendo um importante papel como gestoras e provedoras de muitos lares.

Ao passo que os idosos se tornam "senhores e senhoras de si" pela conquista da aposentadoria ou pensões que são vitalícias, abre-se também espaço de exploração, tanto de instituições financeiras, por

meio do fornecimento de crédito, bem como dos próprios membros da família, questões que tem colocado esses idosos e idosas em frequente condição de endividamento (DOLL, LIMA, CONTE, 2020). Nesse sentido, neste estudo buscaremos retratar a situação geral do perfil sociodemográfico, socioeconômico, endividamento e práticas financeiras de mulheres de sete cidades do Rio Grande do Sul.

METODOLOGIA

Este estudo trabalhou com o recorte de dados de uma de coorte iniciada no ano de 2016 e finalizada em 2018, intitulada: "Propensão ao endividamento de pessoas idosas: um estudo sobre fatores de risco ao endividamento de pessoas idosas no Rio Grande do Sul", idealizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde investigou-se "os processos e riscos que podem levar pessoas idosas ao endividamento²".

A pesquisa foi realizada em sete cidades de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre e região metropolitana; Passo Fundo; Pelotas; Caxias; Bagé; Torres; Santa Maria), com dois diferentes grupos: idosos do programa Maturidade Ativa, do Serviço Social do Comércio e Fundação de Assistência Social e Cidadania, vigente apenas na capital do estado.

A escolha dos grupos SESC se deu pela sua longa trajetória com o trabalho com idosos, além da representatividade que foi possibilitada em cada uma das diferentes regiões do Estado onde há unidades do SESC. Já o grupo FASC, apesar de estar localizado apenas em Porto Alegre-RS, foi inserido na pesquisa pela sua maior representatividade do perfil brasileiro.

Neste artigo, em específico, foram trabalhadas questões sociodemográficas, fontes de renda, endividamento e práticas financeiras por meio de questionário semiestruturado elaborados para este fim. Foi considerado para este estudo, os dados do público feminino, que foi predominante em relação ao masculino (quase 90%). De modo especial, fizemos a comparação das questões sobre práticas financeiras entre o ano inicial e o final da pesquisa.

2 A pesquisa foi financiada pelo CNPq, através do Edital CNPq MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 e teve também auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), do Serviço Social do Comércio e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O levantamento dos dados ocorreu por meio de entrevistas nas respectivas unidades onde os idosos estavam inseridos. Todos os dados foram digitados em um banco do software Excel e importados posteriormente para o Statistical Package for the Social Sciences - SPSS (18.0). Foram analisados dados de cunho descritivo (frequência, média e desvio padrão) e também analítico, por meio de testes de comparação de médias paramétrico ou não paramétrico, a depender da normalidade das variáveis.

O projeto teve aprovação do CEP pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob o nº de parecer 1.388.383 de 14/01/2016. A pesquisa levou em consideração os aspectos éticos para a realização de pesquisa com seres humanos, obedecendo aos preceitos éticos indicados na Resolução 466/2014 e 510/2016. Todos os participantes ao entrarem no estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

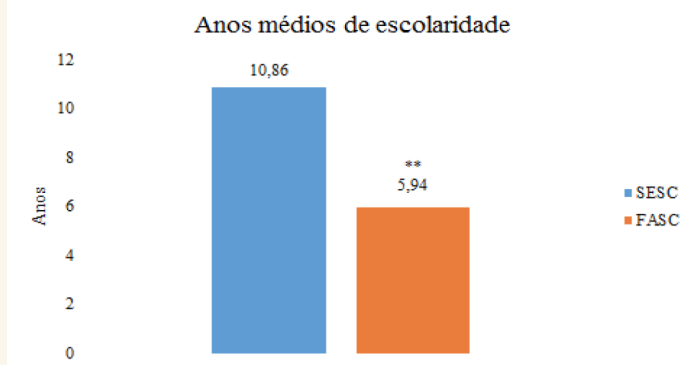
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos o perfil sociodemográfico e econômico das participantes ao ingressarem, e também um comparativo sobre a situação financeira entre os anos de 2016 e 2018. Os primeiros dados se referem a idade, escolaridade, renda e estado civil. Em um segundo bloco, apresentamos dados referente às fontes de renda, endividamento, tipo de dívida ou formas de crédito para adquirir os bens e prática financeira, comparando os anos de 2016 e 2018.

Dados Sociodemográficos e econômicos

Participaram no primeiro ano de estudo 360 mulheres (326 do SESC e 34 do FASC), contudo essa representação foi declinando nos anos seguintes, resultando em um total de 288 no ano de 2018 (SESC=254; FASC=34). As participantes do SESC e da FASC apresentaram média de 68,25 (+7,39) e 70,47 (+ 6,55) anos de idade e 10,86 (+4,44) e 5,96 (+4,10) anos de escolaridade, respectivamente, sendo que esta última variável diferiu significativamente entre os dois grupos ($p < 0,02$), conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Anos que frequentou a escola, entre SESC e FASC.



** Significativo em nível de 2% pelo Teste de Mann-Whitney U ($p=0,00$)

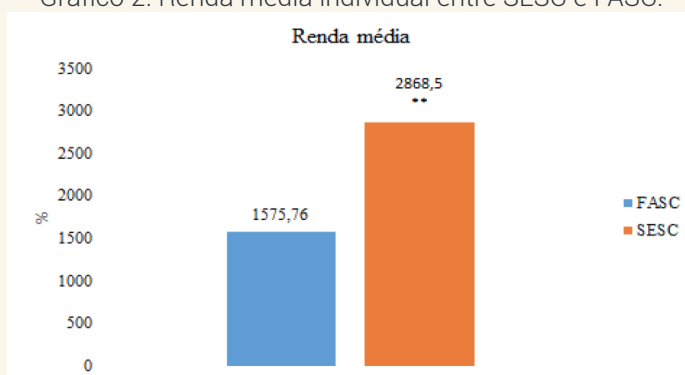
A média de escolaridade das participantes do SESC foi de quase 11 anos, que em grau de escolaridade equivale quase ao ensino médio completo, o qual está muito acima dos parâmetros do país, todavia, a maior escolaridade no SESC chegou a 20 anos (1 mulher). É importante grifar aqui que 13 mulheres referiram ter 18 anos de escolaridade e 51 mulheres referiram ter 16 anos, portanto possuem ensino superior. Na FASC, a média em anos equivale ao ensino fundamental incompleto. Todavia, neste grupo, a escolaridade máxima chegou a 16 anos (duas mulheres), entretanto os anos de escolaridade mais representativos esteve em 5 anos (7 mulheres) e 8 anos (7 mulheres).

O grupo da FASC representa mais a realidade do nível educacional geral do Brasil, onde as mulheres fazem parte de uma geração que teve poucas oportunidades de ir à escola na época, principalmente, as da zona rural (MEIRELES et al, 2007). Apesar de terem havido evoluções na questão da escolarização das mulheres não apenas no Brasil, mas de modo global (INEP, 2015), com a elevação de sete vezes no número de mulheres na ensino superior, por exemplo, ainda há feridas a que são retrato de uma época em que as possibilidade de frequentar a escola eram muito difíceis. Além disso, segundo Meireles et al (2007), há um viés cultural e social da primeira metade do século XX, em que as mulheres possuíam exclusivamente o papel de “dona de casa” e portanto não necessitavam estudar.

Quanto aos valores da renda individual das participantes nos grupos SESC e FASC encontrou-se respectivamente R\$ 2868,50 (+

2135,09) e R\$ 1575,76 (+742,68). Se nos atentarmos para os valores dos desvios padrões, as rendas do SESC, ultrapassam o valor de R\$ 5000,00, enquanto para as mulheres da FASC, a consideração do desvio padrão leva a renda para um máximo de R \$2300,00. Aqui é importante mencionar que a renda máxima atingida em cada um dos grupos foi de mais de 10 salários mínimos no SESC e entre 2 a 4 salários mínimos na FASC. Fica evidente as distinções financeiras (estatisticamente significativas) entre os grupos, cuja diferença das médias entre um e outro é de quase R\$ 1300,00 (R\$ 1292,74), conforme Gráfico 2.

Gráfico 2. Renda média individual entre SESC e FASC.



** Significativo em nível de 2% pelo Teste de Mann-Whitney U ($p=0,00$)

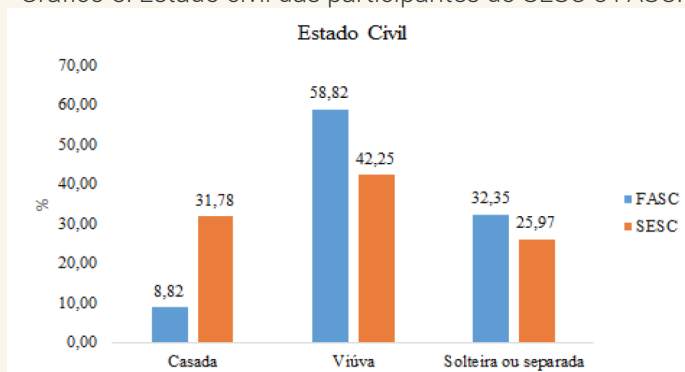
As participantes da FASC se enquadram em um perfil já mostrado em dados da PNAD (2011), e em muitos outros estudos, entre eles, a pesquisa de Duarte et al (2013), realizado com idosas no estado da Paraíba, o qual mostrou dados com muitas semelhanças no perfil demográfico desta pesquisa do sul do Brasil: média de idade das idosas foi de 73,25, escolaridade e renda de 6,48 (+6,1) anos e R\$ 1.299,38, respectivamente. Dados estes que estão muito abaixo das médias encontradas no grupo do SESC, que aponta para um melhor panorama de acesso à escolarização, e conseqüentemente, à renda individual.

A explicação para tais distanciamentos pode ser encontrada nas distintas classes a que as participantes pertencem, o lugar onde nasceram e cresceram, ou seja: meio urbano ou rural, entre tantas outras questões que permitem ou não maiores acessos e melhores condições de vida. Nas palavras de Duarte et al (2013, p. 904) "a população idosa

atual teve menores possibilidades de acesso à escola no passado, e suas oportunidades no mercado de trabalho levaram a ocuparem cargos de menor valia, especialmente as mulheres, o que vem determinar menores rendimentos e pior qualidade de vida".

No próximo gráfico é demonstrado o estado civil das mulheres. Percebe-se que no grupo do SESC um predomínio de mulheres viúvas e posteriormente de mulheres casadas, e em menor percentual, solteiras ou divorciadas. A FASC, assim como o SESC, possui maior estado de viuvez, todavia, o segundo maior percentual foi de mulheres que referiram estar separadas. Atentando-se para os dados do Gráfico 3, pode-se dizer que no grupo do SESC, cerca de 30% das participantes possuem companheiro, enquanto na FASC, mais de 90% delas não tem mais o companheiro, ou por separação ou por viuvez.

Gráfico 3. Estado civil das participantes do SESC e FASC.



O elevado estado de viuvez na mulher idosa revela uma realidade nacional do Brasil e ao mesmo tempo cultural. Conforme Camarano et al (2004), há um predomínio de mulheres viúvas no país, em parte, explicado pela maior média de vida das mulheres, em relação aos homens, mas também porque as mulheres, de modo geral, tendem a não se casar novamente, enquanto que os homens, logo buscam uma nova companheira. Para além disso, segundo a mesma autora (2003), o número de viúvas se eleva com o aumento da idade.

No estudo de Almeida et al (2015), assim como nesta pesquisa, encontrou-se um elevado percentual de mulheres sem o companheiro, cerca de 62,5% ao somar os percentuais de idosas viúvas, solteiras (2,5%) e divorciadas ou separadas (5%). Dados estes que também

retratam a adaptação das mulheres à nova condição, segundo os mesmos autores, já que, de modo geral, as mulheres são em maioria, independentes e capazes de assumir as responsabilidades financeiras sem cônjuge. No grupo da FASC, essa realidade fica muito mais evidente.

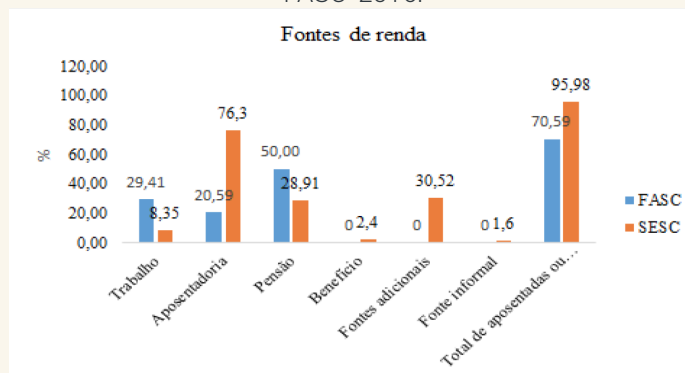
Neste estudo encontrou-se também um alto percentual de mulheres sozinhas ou divorciadas, sendo mais expressivo na FASC. Nesse aspecto é necessário lembrar que houve evoluções nas leis que regem o casamento, facilitando o divórcio, o que em décadas passadas quase não existia. O divórcio ao passar a ser um direito tem se elevado, e a decisão de separar-se parte de forma mais prevalente das mulheres (CANO et al, 2009). De acordo com Camarano (2003), o aumento da monoparentalidade, indica ao mesmo tempo que as mulheres têm capacidade de se manterem sozinhas, tornam-se as chefas de família, evento que pode indicar que há uma “ampliação da cobertura dos benefícios da Seguridade Social” e da melhoria das condições de saúde. De acordo com a pesquisadora, “as mulheres idosas apresentam, em geral, uma tendência maior a viverem sozinhas do que os homens” (p.7), e portanto, a vida sem companheiro indica não necessariamente solidão, mas sim uma escolha.

Em relação às fontes de renda (Gráfico 4) destaca-se em relação à FASC, que em 2016, 29,41% (n=10) das mulheres ainda trabalhavam e as demais eram aposentadas ou pensionistas. Já no SESC, quase 96% (n=239) delas já eram aposentadas ou recebiam pensão ou benefício, contudo, uma outra parcela que representa mais de 30% (n=76), além de ser aposentada, ou receber pensão e/ou aposentadoria, possuía outras fontes de renda adicionais a esta (formal ou não formal), como aluguel de casas e/ou apartamento e/ou terras (n= 45) ou outras fontes de renda (sem ser o aluguel) (n=31) como: renda do esposo, venda de cosméticos, venda de artesanato, costura, cuidado de netos, fisioterapeuta, professora particular, cuidadora, entre outras. Uma parcela menor, representando quase 2% (n=4) não trabalham e não eram aposentadas e nem recebiam pensão, e viviam então com o salário do cônjuge.

Chama a atenção que neste grupo da FASC, as mulheres não possuíam nenhuma outra fonte de renda além do trabalho, ou da aposentadoria ou da pensão. De modo geral, quase todas as mulheres em

ambos os grupos já tinham garantido seus direitos previdenciários pela Constituição Federal de 1988, entretanto na FASC, uma parcela importante de idosas ainda não havia se aposentado e ainda trabalhava. Nesse sentido, podemos pensar que a não aposentadoria dessas mulheres nesta fase pode indicar que estas mulheres viveram ao longo de suas vidas com trabalhos informais, ou que tardiamente passaram a conseguir contribuir para a previdência.

Gráfico 4. Fontes de renda mais prevalentes entre as participantes SESC e FASC-2016.



Aqui é importante deixar claro que do total de mulheres do grupo SESC (n=249), apenas 5 mulheres ainda não eram aposentadas e nem eram pensionistas. Já no FASC, denota-se que a principal fonte de renda foi a pensão por viuvez (50%), posteriormente a renda vinda do trabalho (essas mulheres não eram aposentadas e nem pensionistas), e em seguida, a aposentadoria. É importante lembrar que todas as participantes, de ambos os grupos, já possuíam idade igual ou superior a 60 anos.

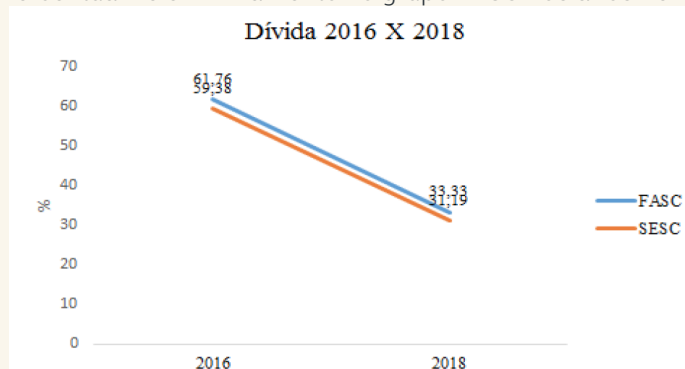
Lembramos que a FASC representa o grupo de menor renda e menor escolaridade, e portanto, a não aposentadoria pode indicar os problemas que tiveram com as questões de remuneração (a ponto de não conseguir contribuir), bem como pela própria informalidade (trabalhar em empregos sem carteira assinada). A baixa escolarização neste caso também contribuiu muito para esses trabalhos mal pagos (explorados) ou precarizados ao longo da vida e parece representar bem as idosas do FASC.

Para fins de aprofundamento, nós realizamos uma nova análise das fontes de renda do grupo da FASC no ano de 2018, e constatamos que neste período todas as 10 mulheres que não eram ainda aposentadas, passaram a receber dinheiro da aposentadoria ou ficaram viúvas e passaram a receber a pensão por viuvez. Neste grupo, uma delas se aposentou e seguiu trabalhando. De acordo com Camarano et al (2004) a aposentadoria e pensões por morte entre mulheres idosas é ainda uma forte forma de renda nesta fase, que cresceu muito desde o período de 1980, dados evidenciados neste estudo e também na pesquisa dos autores Almeida e colaboradores (2015) já mencionados anteriormente, onde 37,5% eram aposentadas e 25% pensionistas.

Endividamento e práticas financeiras

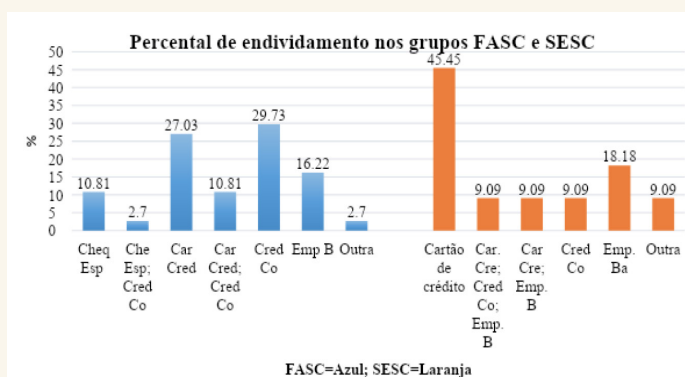
A questão sobre possuir algum tipo de dívida no momento da entrevista foi abordada e comparada entre o ano de 2016 e 2018 nos diferentes grupos, conforme o Gráfico 5. Em 2016, na FASC quase 62% das participantes responderam positivamente para a questão, todavia esse percentual declinou para cerca de 33% em 2018. De forma semelhante, o grupo SESC, em 2016, quase 60% afirmaram ter algum tipo de dívida em 2018, esse percentual passa para 31%, dados estes que possibilitam inferir que houve uma melhora na questão financeira em ambos os grupos. Destacamos nesse caso o uso de formas de crédito para adquirir bens poderia ou não estar comprometendo significativamente as suas renda.

Gráfico 5. Percentual de endividamento no grupo FASC nos anos de 2016 e 2018.



No Gráfico 6 apresentamos os principais tipos ou formas de endividamento nos grupos SESC e FASC. A maior prevalência de formas de créditos (ou dívidas) no FASC foi o cartão de crédito, representando 45,45%, seguido pelo empréstimo com banco (18,18%), enquanto no SESC, a forma mais representativa foi pelo uso do crédito consignado (29,73%) e posteriormente cartão de crédito (27,03%). Chama a atenção que no grupo FASC, 18,18% possuem mais do que uma forma de dívida ou crédito, enquanto que no grupo SESC 13,51% delas possuem mais do que uma forma de crédito (dívidas).

Gráfico 6: Tipo de dívida mais prevalente entre as participantes SESC e FASC-2016.



Cheq. Esp= cheque especial; Cred Co= Credito consignado; Car Cred= Cartão de crédito; Emp B=Empréstimo com Banco;

Na pesquisa de Rezendo e Justo (2020) o uso do cartão de crédito foi a forma mais prevalente de crédito entre as participantes da pesquisa, e representaram em média 28,63% dos gastos mensais (em faturas) entre quase 70% das participantes. Em seguida, a maior forma de crédito foi o cheque especial e o uso do crédito consignado pouco mencionado (apenas 6% (2) e 11% (4) respectivamente). A utilização de formas de crédito para adquirir bens e serviços tem crescido muito nos últimos anos, segundo os autores e, apesar de as dívidas propriamente ditas e empréstimos não terem sido muito frequentes (20%), o uso de formas de crédito mostrou-se como rotineiro, em 71% (25) das participantes.

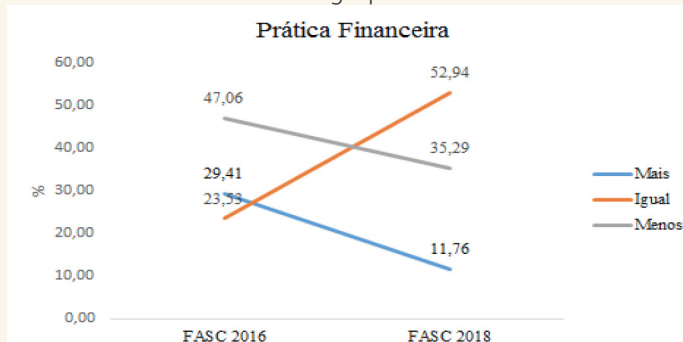
Além do estudo dos autores acima, achamos importante referenciar a pesquisa do SPC (2018), que, apesar de não considerar apenas idosos, mas "consumidores com contas em atraso há mais de três

meses, de todas as 27 capitais brasileiras, homens e mulheres, com idade igual ou maior a 18 anos, de todas as classes econômicas e escolaridades" já que a pesquisa traz importantes dados sobre a temática de modo amplo. Segundo a pesquisa, as principais formas de dívida (em atraso) mais frequentes ocorreram por meio do parcelamento no cartão de crédito (19,9%), o crediário – carnê, boleto a prazo (19,8%), uso do cheque especial (19,6%) e empréstimo pessoal em banco ou financeira (19,3%).

Outro dado importante do estudo, mostrou que a região Sul do país era a menos endividada (8%), contra a região sudeste, que foi a mais endividada (46%). Nesse sentido, de forma particular percebe-se que o percentual de endividamento das mulheres idosas nas sete cidades do estado do Rio Grande do Sul mostrou um elevado percentual de endividamento, estando muito acima da média do estado, e pode ser comparado ao endividamento de adultos jovens (média de 36 anos) da região sudeste .

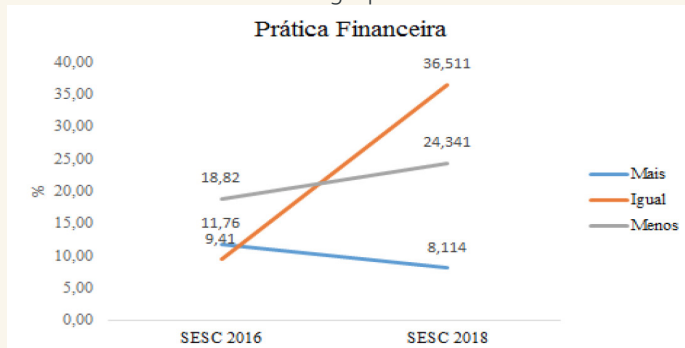
A respeito da prática financeira de controle dos gastos, nos grupos SESC e FASC (Gráficos 7 e 8, respectivamente), considerou-se três principais formas: gastar mais, gastar igual ou gastar menos do que ganha. Os dados deixam visível que o controle dos gastos foi mais dificultoso no grupo da FASC, apontando para possível melhora no último ano da pesquisa. Em 2016, quase 30% gastavam mais do que ganhava, entretanto em 2018, o percentual cai para menos da metade, em outras palavras, pode-se dizer que este grupo possuía um maior "descontrole", contudo, com o passar dos anos, passou a controlar mais. A prática de "gastar igual ao que ganha" se elevou em uma linha reta ascendente (assim como no SESC-Gráfico 8), enquanto a prática de gastar menos do que ganha declinou em quase 12%.

Gráfico 7. Prática financeira no grupo da FASC em diferentes anos.



No SESC, em 2018, o percentual de mulheres que afirmaram gastar mais do que ganhavam era de quase 12% e em 2018 passa para pouco mais de 8%, indicando assim, possível melhora sobre o controle dos gastos. Nas demais questões, evidenciou-se melhoras sobre a prática financeira na questão gastar menos, onde o percentual de mulheres passou de 18,82% para cerca de 24%.

Gráfico 8. Prática financeira no grupo do SESC em diferentes anos.



De forma visível, porém não estatística, pode-se dizer que os resultados nos gráficos do SESC e o FASC tiveram uma mesma tendência de comportamento para as práticas "Gastar igual", que se elevaram, e "Gastar mais". No FASC, apesar da melhora sobre a prática de gastar mais do que ganhava, as questões gastar igual ao que ganha e gastar menor do que ganha não foram tão favoráveis como a do SESC, resultado que pode indicar que, apesar dos esforços, as dificuldades em relação ao dinheiro seguiam.

As mudanças sobre as práticas financeiras ao longo dos anos podem indicar que a participação no estudo talvez tenha gerado um processo de reflexão sobre suas práticas financeiras, ao permitir que as participantes pensassem de modo mais profundo e concreto sobre a situação financeira em que estavam. Vários participantes mencionaram este fato durante as últimas entrevistas em 2018. Podemos inferir ainda que no caso da FASC, a melhora da renda com conquista da aposentadoria ou recebimento de pensão pode também ter contribuído para a melhora da situação financeira entre as participantes que ainda não tinham o direito garantido/conquistado no ano de 2016.

A respeito do mesmo tema, o estudo dos pesquisadores já referenciados, Rezendo e Justo, desvelou que das 35 mulheres participantes,

14,28% delas afirmaram que “gastavam mais de 100% ou mais de sua renda mensal, 30 (%-acrécimo nosso) afirmaram gastar 90%, ou menos” e em relação às dívidas, “7 (20%) declararam ter algum tipo de débito a pagar no momento da entrevista” (p.86), que mostrou estar bem abaixo dos percentuais de endividamento encontrado na nossa pesquisa. Aqui ainda chamamos a atenção para o percentual de endividamento encontrado nos grupos SESC e FASC, apesar da melhora, o percentual é ainda elevado.

Por fim, não podemos deixar de considerar que as mulheres têm tomado a frente da gerência da casa e das finanças. As dificuldades financeiras surgem em especial quando há uma baixa escolaridade concomitante com uma menor renda (SPC, 2018), dados que foram observados de forma mais prevalente no grupo da FASC. O SESC por sua vez, apesar das melhores médias de escolaridade e renda também apresentaram dificuldades financeiras e de controle dos gastos, o que por sua vez reforça que o endividamento não é uma questão isolada para as classes mais empobrecidas, mas sim, de situações que levam a necessidade de crédito ou facilidades de acesso a eles.

É importante pontuar que não aprofundamos algumas questões pontuais como o motivo da (as) dívida (s) e nem mesmo o grau de comprometimento da renda, todavia, o que podemos afirmar pelas entrevistas é que, o endividamento na maioria dos casos ocorre por questões de solidariedade financeira (empréstimo do CPF para filhos e netos), compra de itens básicos para casa ou sobrevivência, ou ainda por eventos críticos ao longo da vida, como acidentes, morte e doença.

É importante um olhar atento às mulheres idosas do Brasil, que seguem fazendo muitos papéis sociais e familiares na fase idosa, entre as quais, o cuidado dos netos, a alimentação, a contribuição e pagamento das despesas ou boa parte delas no momento atual (CAMARANO, 2020). O envelhecimento é uma fase que pode demandar maiores gastos com saúde, medicamentos, mas também, assim como em outras fases da vida, há sonhos, desejos, necessidades pessoais e sociais que dependem de dinheiro para realizar. Equilibrar tudo é uma tarefa complexa, em especial quando a renda é mínima, portanto, devemos lembrar que quando se entra em endividamento sério, pode também haver o comprometimento da saúde e percepção da qualidade de vida (RASSIAL, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo desvelou de uma forma geral a situação de vida de mulheres idosas de sete grandes cidades que representam grandes regiões do estado do Rio Grande do Sul. Ficou visível as disparidades de renda e escolaridade entre os grupos SESC e FASC, entretanto, no tocante ao estado civil percebeu-se um elevado percentual de viuvez em ambos os grupos. A FASC chamou a atenção pelo elevado percentual de mulheres sem o companheiro (91,18%), justificado por separação ou viuvez.

No que se refere às fontes de renda, ano de 2016, as participantes da FASC tinham uma fonte de renda única proveniente ou da aposentadoria ou pensão ou salário, enquanto que as participantes do SESC, em grande maioria, possuíam mais do que uma fonte de renda, em especial, a aposentadoria e pensão, ou trabalho e aposentadoria. Uma parcela importante (30%) referiu ter fontes de renda extras que vinham de aluguéis, ou de trabalho formal, ou informal, além da aposentadoria.

A aposentadoria e pensões foram as maiores fontes de renda, tanto no SESC, quanto na FASC, percebeu-se que uma parcela significativa das mulheres da FASC ainda trabalhava (quase 30%) e não eram aposentadas em 2016, evidenciando assim que, possivelmente estas tivessem maiores dificuldades no pagamento da previdência, ou que trabalharam informalmente ao longo da vida ou em uma boa parte dela. O comparativo em particular deste mesmo grupo em 2018 já mostrou um panorama melhor, ao conquistarem a aposentadoria, mas também, algumas delas passaram a ser pensionistas pela morte do cônjuge.

O estudo mostrou que independente de possuir maior ou menor renda e escolaridade, as mulheres tanto do SESC, quanto do FASC possuem um elevado percentual de endividamento, entre os quais, destacou-se o uso do cartão de crédito, todavia, na FASC, uma outra importante forma de crédito foi o crédito consignado, enquanto no SESC, a segunda maior forma de uso de crédito foi o empréstimo com banco.

No que se refere às práticas financeiras, o estudo mostrou que as mulheres mais empobrecidas e, por sinal, menos escolarizadas (FASC)

apresentaram as maiores dificuldades de controle dos gastos, contudo, ao longo dos anos, as mulheres da FASC, passaram a conseguir controlar mais os seus gastos. No SESC, além da redução do percentual de mulheres que referiram que gastavam mais do que ganhavam, houve um aumento no percentual de mulheres que afirmaram gastar menos do que ganhavam.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Mulheres aumentam escolaridade em relação aos homens, mostra pesquisa. Publicado em 17/06/2019 - 06:26 Por Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/mulheres-aumentam-escolaridade-em-relacao-aos-homens-mostra-pesquisa>

ALMEIDA, Alessandra Vieira et al. A Feminização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 115 - 131, jan./jun. 2015. Disponível em: <file:///home/chronos/u-1f5ece31d57a3a40682f3f28fe678e69a7cb5690/MyFiles/Downloads/19830-Texto%20do%20artigo-86363-1-10-20150723.pdf>

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia & Sociedade*, 30, e174090, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/?format=pdf&lang=pt>

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Especial. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. 39 Semana Epidemiológica 30/25/7 a 31/7/2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/agosto/6/boletim_epidemiologico_covid_74-final_6ago.pdf

BRASIL. Indicadores sobre a Situação Econômica das Mulheres no Brasil. Cap. 3. In: *GÊNERO E AUTONOMIA ECONÔMICA PARA AS MULHERES*. Caderno de Formação – Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/caderno_genero_autonomia.pdf

CAMARANO, Ana Amélia, Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres? Nota Técnica nº 81. Rio de Janeiro: Ipea. 2020.

_____. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança. *Estudos avançados*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18396.pdf>. Acesso em: 18/10/14.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. Como vive o idoso brasileiro. In: (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 25-73.

CANO, Débora Staub et al. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia do Desenvolvimento. Psicologia e Reflexão Crítica*, v. 22, n. 2, p. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/NC7Q54739cMs5DdhP6qjtzK/?lang=p>

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. 2016. GEOCAPES Dados Estatísticos. Recuperado de <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

DOLL, Johannes. Endividamento de pessoas idosa. Política sobre a dependência e Endividamento de pessoas idosas, pesquisas premiadas. Portal do Envelhecimento e Longevidade. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/politica-sobre-dependencia-e-endividamento-de-pessoas-idosas-pesquisas-premiadas/>. Acesso em: 25 fev 2021.

DOLL, Johannes; LIMA, Karen Villanova; CONTE, Franciéli Aline. Pension, debt, financial education – how ageing Brazilians survive financial challenges. *Population Horizons*, LARNA Special Issue, 2020, p. 1-11.

DUARTE, Marcella Costa Souto et al. Prevalência e fatores sociodemográficos associados à fragilidade em mulheres idosas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 66, n. 6, dez de 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000600014>

FERNANDES, Fernanda. A história da educação feminina. MultiRio. Reportagem 07 Março 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>

FERNANDES, Maria das Graças Melo. Papéis sociais de gênero na velhice: o olhar de si e do outro. *Revista Brasileira de Enfermagem*. v. 62, n. 5, Out 2009. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672009000500009>

GARCIA, Carla Cristina. Notas sobre a mulher na sociedade de classes. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n.1, e76731, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/76731/46687>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego, 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm

_____. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. Retrato das desigualdades de Gênero e Raça. Famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. Brasília: Ipea, 2016. <https://www.ipea.gov.br/retrato/index.html>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Censo da Educação Superior 2014 – Notas Estatísticas, 2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf

MARQUES, Claudia Lima. Prevenção e tratamento do superendividamento. Escola Nacional de Defesa do Consumidor. Brasília: DPDC/SDE, 2010. Disponível em: https://www.defesadoconsumidor.gov.br/images/manuais/vol_1_prevencao_e_tratamento_do_superendividamento.pdf. Acesso em: 25 fev 2021.

MEIRELES, Viviani Camboin et. al. Características dos idosos em área de abrangência do Programa Saúde da Família na região noroeste do Paraná: contribuições para a gestão do cuidado em enfermagem. Revista Saúde e Sociedade, v. 16, nº. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sau-soc/v16n1/07.pdf>.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. Gender equality in education, employment and entrepreneurship: final report to the MCM, 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/employment/50423364.pdf>

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf

RASSIAL, Jean-Jacques. Psicopatologia do endividamento excessivo. Ágora, v. 8, n. 2, Dez 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/mrSfWkr6bDCzmvTrQ98TLCg/?lang=pt>

RESOLUÇÃO 466 -ÉTICA EM PESQUISA. Resolução Nº 466, De 12 de Dezembro de 2012. Disponível em: <file:///D:/Documentos%20Usuario/Downloads/Reso466.pdf>. Acesso em: 25 fev 2021.

ROZENDO, Adriano da Silva; JUSTO, José Sterza. Comportamento financeiro de frequentadores da universidade da terceira idade. Estudos interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 77-94, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/64994/58366>

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO-SPC. Inadimplentes brasileiros 2018: perfil e comportamento frente às dívidas. agosto 2018. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/analise_perfil_inadimplente_2018.pdf